

**DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)**

RELATÓRIO DE GESTÃO (2019 - 2022)

EMBAIXADOR SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO

Transmito, a seguir, relatório simplificado da gestão do Embaixador Santiago Irazabal Mourão à frente da Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, abrangendo o período de 14 de dezembro de 2019 a 30 de setembro de 2022.

2. Desde minha chegada ao posto, em 14 de dezembro de 2019, procurei explorar diferentes vertentes de trabalho junto à UNESCO, de modo a projetar imagem positiva do Brasil e contribuir para construir agenda favorável aos interesses nacionais. Creio ter avançado em áreas-chave da Organização no âmbito da educação, cultura, ciências, comunicação e informação, e elevado o perfil da participação do país em iniciativas de grande envergadura da UNESCO, como é o caso recente do MONDIACULT e da Cúpula para a Transformação da Educação, cuja organização contou com apoio decisivo da Delegação do Brasil.

3. Ao longo de meu período na chefia da delegação, busquei aproximar-me do GRULAC, de modo a reforçar o papel do grupo como ator definidor de políticas na UNESCO. O diálogo estreito rendeu frutos e resultou no firme apoio da região à minha eleição como Presidente da 41ª Conferência Geral, cujo mandato, associado à minha qualidade de representante permanente do Brasil, se iniciou em novembro de 2021 e se encerrará em novembro de 2023.

4. A 41ª CG, para além de minha eleição, foi momento marcado pelo protagonismo do Brasil, cuja atuação foi imprescindível para a aprovação de dois textos de referência da UNESCO – a Recomendação sobre a Ética na Inteligência Artificial e a Recomendação sobre a Ciência Aberta. Esta Delegação teve ainda papel de destaque na chamada Transformação Estratégica da Organização, sendo protagonista nas negociações que culminaram na aprovação da “Estratégia de Médio Prazo 2022-2029” (41/C4) e do “Programa e Orçamento 2022-2025” (41/C5), documentos centrais para a definição das áreas de atuação da UNESCO nos próximos anos.

5. A revisão abrangente da rede mundial de escritórios da UNESCO, com base em consulta aos Estados membros, constitui o terceiro pilar da reestruturação estratégica da Organização. O Brasil vem trabalhando ativamente em favor de solução que enfatize a importância da presença da UNESCO no terreno. A posição brasileira é reflexo da relevância que o país confere ao escritório da UNESCO em Brasília, uma das mais proeminentes unidades fora da sede, inclusive em termos orçamentários, e do inegável valor que o governo atribui à parceria com a Organização para a realização de projetos "in loco". Há perspectivas de que se aprove, ainda durante minha gestão à frente da Delegação

brasileira, decisão nesse sentido, de modo a encerrar a fase de planejamento da revisão e avançar em direção à sua efetiva implementação.

6. Relato, a seguir, os marcos fundamentais de minha gestão como Delegado do Brasil em cada setor da UNESCO:

SETOR DE EDUCAÇÃO

7. A UNESCO é a organização responsável por liderar os esforços internacionais para a implementação da agenda internacional de educação. Durante minha gestão, busquei projetar as prioridades nacionais na pauta da Organização, com destaque para o ensino técnico e profissionalizante; a alfabetização e o aprendizado ao longo da vida; a educação para o desenvolvimento sustentável; e a educação na era digital.

8. O Brasil participou das negociações que resultaram, durante a 41ª Conferência Geral (novembro de 2021), na aprovação da reforma do Comitê Diretivo da Agenda 2030 de Educação, a principal plataforma do sistema ONU para coordenação global de iniciativas em prol do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS-4): assegurar a educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O mecanismo, agora com status de “alto nível” (“High Level Steering Committee”), passou a ser integrado por ministros da Educação de todos os grupos eleitorais da UNESCO.

9. As diretrizes que deverão nortear o trabalho do novo Comitê Diretivo são pautadas pelos ministros de Educação dos Estados-membro, que se reuniram à margem da 41ª Conferência Geral para a Reunião Global de Educação (GEM), que contou com a presença do Ministro da Educação brasileiro.

10. Também durante o período que têm coincidido com o meu mandato à frente da Organização, o tema da Educação para o Desenvolvimento Sustentável tornou-se central na agenda da UNESCO e tem sido incorporado transversalmente nos programas e projetos da organização. Após a adoção de marco EDS 2030 (2019), a UNESCO lançou um “Mapa do Caminho” (Roadmap EDS 2030) para guiar os países na incorporação, em seus sistemas de ensino, da cultura da sustentabilidade.

11. O grande marco de lançamento da nova estratégia foi a Conferência Mundial sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) da UNESCO (“Conferência de Berlim”), realizada virtualmente em maio 2021, na qual o Brasil teve importante participação, tendo sido representado pelo então SE/MEC, e hoje Ministro da Educação, Victor Veiga Godoy. Os resultados do encontro, sintetizados na “Declaração de Berlim”, foram referendados pela 41ª Conferência Geral e levados à COP 26ª, em Glasgow.

12. Minha gestão à frente do posto coincidiu com a crise do COVID-19 e seu enorme impacto sobre os processos educativos. A UNESCO direcionou seus esforços para atender às necessidades de mais

de 1 bilhão de alunos que ficaram sem aulas durante o auge da crise. O setor de Inovação Tecnológica foi responsável por facilitar o acesso a plataformas digitais de ensino durante a pandemia, por meio dos parceiros do “Global Education Coalition”, principalmente em prol de países africanos mais pobres, e, desenvolveu nova estratégia (2022-2025) para reduzir o chamado “hiato digital”. Busquei apoiar a ação do setor, sempre enfatizando que a chamada “educação digital” e os novos temas não deveriam desviar a UNESCO de pautas prioritárias para os países em desenvolvimento, como analfabetismo e evasão escolar.

13. A crise educacional e o movimento para repensar os métodos educacionais à luz do ODS-4 resultaram na criação da “Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação”, que, em novembro de 2021, publicou o relatório “Reimagining our Futures Together: A New Social Contract for Education”, que contou com contribuições de especialistas brasileiros. O relatório serviu de base conceitual para a realização da Cúpula para Transformação da Educação (TES, na sigla em inglês), que teve lugar em setembro de 2022, em Nova Iorque, e da qual participei como Presidente da Conferência Geral. Coube à UNESCO organizar os preparativos para a Cúpula e consolidar processo de consultas nacionais aos países, colhendo suas percepções sobre os novos desafios educacionais. Em junho de 2022, realizou-se, em Paris, etapa fundamental de preparação para o evento, a chamada Pré-Cúpula de Paris. O evento reuniu mais de 150 ministros e vice-ministros de educação, e teve participação destacada do Brasil, cuja delegação foi liderada pelo Ministro da Educação Victor Godoy Veiga.

14. Em minha posição de delegado permanente e presidente da Conferência Geral da UNESCO, trabalhei, ainda, para o reforço do setor de Aprendizagem ao Longo da Vida e de ensino profissionalizante. Em 2022, foi aprovada a nova estratégia da UNESCO sobre Educação e Treinamento Técnico e Vocacional 2022-2029 (TVET). A Estratégia foi concebida para contemplar em especial as metas 3 e 4 do ODS 4 (acesso igualitário à educação técnica e vocacional e desenvolvimento de habilidades para o trabalho decente).

15. Alinhada com o relatório da Comissão para os Futuros da Educação, ela tem, entre seus temas-chave, a recuperação econômica pós-pandemia; as transformações tecnológicas, a informalidade, e seus impactos no mercado de trabalho; o aprendizado ao longo da vida; e a promoção do emprego entre os jovens.

16. No último lustro, a UNESCO investiu cerca de US\$ 72 milhões em TVET e apoiou mais de 50 países em todo mundo, oferecendo treinamento para alunos, professores e oficiais de governo. Cerca de 224 instituições técnicas e profissionalizantes foram beneficiadas pelo trabalho desenvolvido pelo Centro Internacional para Educação e Treinamento Técnico e Profissional da UNESCO (UNEVOC), centro de categoria 1 com sede em Bonn. No Brasil, estão ligadas à rede de TVET da UNESCO (UNEVOC-Network), coordenada pelo instituto em Bonn, o SENAI e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

17. O tema de TVET teve destaque durante a VII Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA VII), que teve lugar em Marraquexe, Marrocos, em junho de 2022. Participei do evento na qualidade de presidente da Conferência Geral, e o Brasil fez-se representar por importante delegação do MEC. O Ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, realizou a fala inaugural da Conferência. Como país-sede da edição anterior da CONFINTEA (ocorrida em Belém, em 2009), O Brasil teve atuação destacada na elaboração do “Marco de Ação de Marraquexe”, que estabeleceu parâmetros para a educação de adultos na próxima década. O Brasil foi o representante do GRULAC no comitê redator do referido documento.

SETOR DE CULTURA

18. Tendo em conta que o setor de cultura da UNESCO atua sobretudo por meio dos comitês diretivos de suas seis Convenções culturais, busquei garantir que o Brasil sempre estivesse presente nesses foros, de modo a dotar o país da capacidade de influenciar a agenda de temas importantes para a governança das políticas culturais multilaterais. Por esse motivo, ciente de que nosso mandato no prestigiado Comitê do Patrimônio Mundial (Convenção de 1972) estava por concluir-se, lancei, em 2019, exitosa candidatura ao Comitê do Patrimônio Imaterial (Convenção de 2003). Do mesmo modo, na perspectiva de nossa saída do Comitês da Diversidade Cultural no próximo ano (Convenção de 2005), venho posicionando o Brasil para assumir uma inédita vaga no Comitê Subsidiário da Convenção de 1970.

19. No âmbito do Comitê do Patrimônio Mundial, o Brasil teve a oportunidade de influenciar processos decisórios importantes, que vão desde a inscrição ou rejeição de bens nas listas do Patrimônio Mundial e do Patrimônio em Perigo, até reflexões substantivas a respeito do procedimento para a inscrição dos chamados sítios de memória e das discussões relacionadas ao impacto climático no patrimônio mundial. A Lista do Patrimônio Mundial reúne mais de mil sítios de valor excepcional para a humanidade, inscritos em virtude de seus atributos culturais ou naturais únicos e autênticos. No âmbito da Convenção de 1972, que instituiu a referida lista, a Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO dedica-se a promover o patrimônio brasileiro e os interesses do país nas negociações. Nesse contexto, cabe ressaltar a inscrição, por ocasião da última sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (44ª sessão, que se realizou virtualmente, em julho de 2021), do “Sítio Roberto Burle Marx”, na cidade do Rio de Janeiro, na Lista do Patrimônio Mundial, por seu excepcional valor cultural.

20. No âmbito das candidaturas, trabalhei com especial afinco pela candidatura do sítio seriado “Conjunto de Fortificações Brasileiras”, que congrega dezenove fortes e fortalezas espalhados por diferentes pontos do território nacional. Embora disponha de vulnerabilidades, a candidatura está muito próxima de seu ponto de maturação e sua futura inscrição do sítio na Lista do Patrimônio Mundial poderá contribuir para a divulgação da cultura e da história brasileira e a promoção do turismo em diferentes regiões do Brasil.

21. Com relação ao patrimônio cultural imaterial, o Brasil tem atuado de maneira consistente no Comitê da Convenção para promover novos equilíbrios, sobretudo relacionados à valorização da lista de boas práticas.

22. No âmbito da Convenção do Patrimônio Imaterial, destaco a produtiva visita de trabalho realizada pela presidente do IPHAN, senhora Larissa Peixoto, por ocasião da 9ª Assembleia Geral dos Estados-partes, em junho de 2022. Para além de chefiar a delegação brasileira à Assembleia, a presidente do IPHAN estabeleceu contato com os secretários das principais convenções culturais da UNESCO e com diversos chefes de delegações. Tais contatos permitiram avançar o interesse brasileiro em pautas patrimoniais e explorar projetos de cooperação bilateral em matéria de inteligência artificial e interpretação patrimonial.

23. Do mesmo modo, em tratativas com o IPHAN, a Delegação iniciou articulações para preparar a candidatura do "Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre, em Minas Gerais". O dossiê está em linha com forte tendência explorada por estados-membros da UNESCO, de valorização de suas redes de gastronomia e agricultura por meio da chancela atribuída pela Lista Representativa do Patrimônio Imaterial a seus saberes tradicionais.

24. Outra vertente de destaque no setor de Cultura foi a Conferência anual da “Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCNN)”, ocorrida em Santos, de 18 a 22 julho de 2022. Voltada a promover a cooperação entre cidades que identificaram setores criativos como fatores estratégicos para seu desenvolvimento urbano, a Rede engloba, atualmente, 295 cidades de 90 países, sendo 12 brasileiras: Belém (gastronomia), Brasília (design), Campina Grande (artes midiáticas), Curitiba (design), Florianópolis (gastronomia), João Pessoa (artesanato e artes populares), Paraty (gastronomia), Recife (música), Salvador (música), Santos (cinema), Belo Horizonte (gastronomia) e Fortaleza (design). O encontro, realizado pela primeira vez na América Latina, contribuiu para a construção de novos equilíbrios na Organização marcou uma inserção bastante propositiva das cidades brasileiras no quadro da UCNN.

25. Engajei-me com igual afincio pela escolha da cidade do Rio de Janeiro como primeira Capital Mundial da Arquitetura da UNESCO em 2020, por acordo que envolveu a Prefeitura do Rio de Janeiro, o setor de Cultura da UNESCO, a União Internacional dos Arquitetos e o Instituto dos Arquitetos do Brasil. Em razão da pandemia do COVID-19, o evento foi realizado em formato virtual, em julho de 2021, contando com mais de 50 painéis sobre diversos temas, tais como infraestrutura, construção, habitação, mobilidade, cultura e planejamento urbano.

26. A relação da UNESCO em amparo à tragédia que vitimou o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em setembro de 2018, foi outro tema relevante de minha agenda na área cultural. Está em curso, atualmente, parceria da UNESCO com o Ministério da Educação, para reconstrução do Museu Nacional. Paralelamente, a UNESCO ofereceu contribuir por meio de sua rede de interlocutores para a recomposição do acervo do museu.

27. No âmbito da difusão da Língua Portuguesa, merece destaque a importante aprovação pelo Conselho Executivo da UNESCO do dia 5 de maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa. A decisão resultou de proposta conjunta de todos os países-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com amplo apoio das outras delegações estrangeiras. A decisão do Conselho Executivo representou momento histórico para os 265 milhões de pessoas, em nove países, unidos pela língua portuguesa, e foi chancelada pela 40ª Conferência-Geral da UNESCO, em novembro de 2019. A primeira celebração presencial do Dia da Língua portuguesa ocorreu em 2022, por meio de atividade cultural conjunta dos países da CPLP que contou com expressiva participação de acadêmicos e músicos brasileiros.

28. Para além dos temas de política cultural, a Delegação também atuou na vertente de divulgação cultural, por meio de densa agenda de eventos realizados virtual e presencialmente no âmbito da UNESCO. A estreita sinergia construída com a Embaixada permitiu a realização de palestras, exposições, concertos, produção de materiais impresso e audiovisual que têm por objetivo promover uma imagem atual e sofisticada da cultura brasileira junto a representantes do Secretariado, das Delegações e demais formadores de opinião vinculados ao sistema UNESCO.

29. Registro, ainda, como tema cultural, mas que se desdobra para a área de administração da organização, o projeto de restauração dos seis pátios de Roberto Burle Marx na UNESCO. Foram feitas, em minha gestão, intensas articulações institucionais para fazer avançar o tema no Comitê de Sede e no Conselho Executivo. Por um lado, conseguiu-se explorar com o Marrocos uma solução que diminua a intervenção do país no traçado original de Burle Marx. Por outro, avançou-se na resolução de providências administrativas que permitirão a aprovação do projeto conceitual e seu financiamento por meio de doadores públicos e privados. Embora a restauração em si seja projeto de médio prazo, acredito ter contribuído para que o projeto tenha ganhado tração e atingido um ponto de “não-retorno” no âmbito da Organização.

SETOR DE CIÊNCIAS NATURAIS

30. Desde a adoção da Agenda 2030, em 2015, os programas do Setor de Ciências Naturais da UNESCO orientam-se para a implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) relacionados ao mandato da Organização – em particular os objetivos 6 (água doce) e 14 (oceanos). A UNESCO tem buscado contribuir, através de sua Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) e de iniciativas como o Programa Hidrológico Internacional (PHI), o Programa “O Homem e a Biosfera” (MAB) e o Programa de Geoparques e Geociências (PIGG), para ações de adaptação, mitigação e resiliência à mudança do clima.

31. No contexto dos esforços para fortalecer os sistemas de ciência e tecnologia, a UNESCO apoia a adoção de políticas de ciência aberta, com o objetivo de assegurar não apenas maior circulação e acessibilidade ao conhecimento e aos dados científicos, como também ampliação do diálogo da

ciência com a sociedade. Nesse sentido, a atual Diretora-Geral propôs, em 2019, a elaboração de uma Recomendação sobre Ciência Aberta, aprovada pelos Estados-membros por ocasião da 41ª Conferência Geral.

32. O Brasil, que tem importante tradição na promoção da ciência aberta, contribuiu ativamente para a elaboração da Recomendação. Representante da Secretaria-Executiva do MCTI integrou o Comitê Consultivo sobre Ciência Aberta, responsável pela redação da primeira versão do documento, e representantes do MCTI e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) participaram das negociações intergovernamentais sobre a versão final do texto. A Delegação brasileira acompanhou os trabalhos e colaborou para a aprovação da Recomendação.

33. No contexto da pandemia de COVID-19, o Brasil também colaborou com a UNESCO em outras iniciativas relacionadas à ciência aberta. Com apoio da Delegação, o Ministro Marcos Pontes participou, em março de 2020, do “Diálogo Ministerial Virtual sobre Covid-19 e Ciência Aberta”, organizado pela UNESCO, e, em maio seguinte, o IBICT/ MCTI lançou o “Diretório de Fontes Abertas de Informações sobre o Covid” e o repositório de preprints “Emerging Research Information”, com apoio da UNESCO/Brasília.

34. O Brasil também tem participado ativamente da Comissão Oceanográfica Internacional (COI), criada em 1960 com o objetivo de promover a cooperação internacional na área da oceanografia e coordenar programas de pesquisa, serviços, sistemas de observação, mitigação de riscos e capacitação, de modo a aumentar o conhecimento e apoiar os Estados-membros na gestão dos recursos dos oceanos e zonas costeiras.

35. A COI tem também prestado apoio técnico a importantes processos internacionais, como as negociações de um futuro instrumento juridicamente vinculante sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha de áreas além das jurisdições nacionais (BBNJ), em curso no âmbito das Nações Unidas, e da Convenção–Quadro sobre Mudança do Clima (UNFCCC), por meio da plataforma de Diálogo sobre Oceano e Clima, estabelecida em 2020. A Comissão é igualmente responsável pelo monitoramento da implementação dos ODS 14.3.1 (acidez nos oceanos) e 14.a (capacidade científica sobre oceanos) da Agenda 2030 e coordena a Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030).

36. O Brasil ocupa, atualmente, uma das Vice-Presidências do Conselho Executivo da Comissão (mandato 2021-2023), representando a América Latina e Caribe, assim como uma das Vice-Presidências da COI-Caribe (mandato 2021-2023), por meio, respectivamente, da Marinha e do MCTI. Tem desempenhado papel de destaque na implementação da Década das Ciências Oceânicas: sediou a Oficina Regional do Atlântico Sul preparatória à Década, no Rio de Janeiro, em 2019 e foi o primeiro país a estabelecer Comitê Gestor da Década, coordenado pelo MCTI, no início de 2021. Tenho contribuído para consolidar a contribuição brasileira no âmbito da COI, tanto por meio de minha atuação na Assembleia da Comissão quanto nas reuniões de seu Conselho Executivo.

37. Ainda no Setor de Ciências Naturais, o Programa “O Homem e a Biosfera” (MAB na sigla em inglês) abriga a Rede Mundial de Reservas da Biosfera, conjunto de sítios naturais em que se combinam preocupações de conservação da biodiversidade e promoção do uso sustentável dos recursos naturais. Como país que abriga as maiores Reservas da Biosfera (RBs) da Rede Mundial da UNESCO, o Brasil tradicionalmente tem participação de destaque no Programa MAB. As seguintes reservas brasileiras integram atualmente a Rede: 1) Mata Atlântica, 2) Cerrado, 3) Caatinga, 4) Amazônia Central, 5) Pantanal, 6) Serra do Espinhaço e 7) Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

38. Com apoio da Delegação Permanente do Brasil na UNESCO, foram incorporadas recentemente ao MAB redes temáticas das quais o Brasil participa: Rede de RBs em Áreas de Cavernas (CaveMAB) e Rede Lusófona de RBs, além da Plataforma sobre Clima, Risco e Resiliência para a América Latina e o Caribe, estabelecida com o objetivo de realizar análises de riscos e vulnerabilidades a desastres naturais em RBs e atividades de capacitação correlatas.

39. Merece destaque também o Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP), criado em 2015 e que tem como objetivo promover a cooperação internacional e o desenvolvimento das ciências da Terra e a proteger sítios de especial relevância geológica – os Geoparques Mundiais da UNESCO. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a contar com geoparque na rede, ao inscrever no programa o Geoparque Araripe, estabelecido em 2006 e administrado pela Universidade Regional do Cariri, no Ceará.

40. O Programa tem despertado crescente interesse de atores brasileiros. Em 2019, o Brasil apresentou duas novas candidaturas à Rede Global de Geoparques: Caminhos Cânions do Sul, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e Seridó, no Rio Grande do Norte. Ambas as postulações foram aprovadas em abril de 2022 pelo Conselho Executivo da UNESCO, durante minha gestão à frente da Delegação Brasileira. Em 2020, o Brasil apresentou mais duas cartas de intenção relativas às candidaturas do Geoparque Caçapava e do Geoparque Quarta Colônia (ambos no Rio Grande do Sul), ainda a serem formalizadas, em conformidade com o calendário do programa. A Delegação Permanente vem acompanhando esse processo.

41. Durante meu período como Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO, realizou-se na França, em maio de 2022, cerimônia de devolução de bens fósseis originários do Geoparque Araripe e apreendidos pelas autoridades francesas em 2013. A cerimônia contou com a presença do Ministro da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, e do subprocurador-geral da República Hindemburgo Chateaubriand Filho, entre outras autoridades brasileiras. Na ocasião, representantes do Geoparque Araripe reuniram-se com a Diretora-Geral Assistente para Ciências Naturais da UNESCO (ADG-SC), Shamila Nair-Bedouelle, em encontro acompanhado pela Delegação Permanente do Brasil e que tratou das possibilidades de colaboração entre a Organização e o geoparque.

42. País com o maior volume de água doce no mundo, o Brasil tem, tradicionalmente, participação destacada no Programa Hidrológico Internacional (PHI), único programa intergovernamental do sistema das Nações Unidas dedicado à pesquisa sobre águas fluviais, à gestão dos recursos hídricos e à educação e capacitação na área. O PHI tem desenvolvido abordagem interdisciplinar e integrada da gestão de aquíferos e de bacias hidrográficas, que incorpora a dimensão social do uso dos recursos hídricos e promove a pesquisa internacional em ciências hidrológicas. Implementado em fases programáticas de seis anos, o PHI está iniciando, em 2022, sua nona fase, cujo Plano Estratégico foi aprovado durante a 24ª sessão do Conselho do PHI, em junho de 2021, com apoio da Delegação brasileira.

43. O PHI também monitora a implementação do ODS 6 da Agenda 2030, relativo a água e saneamento, sendo co-responsável pelo indicador 6.5.2 (sobre cooperação hídrica transfronteiriça) e co-coordenador da área de capacitação do Marco de Aceleração Global do ODS 6, lançado em 2020 com o objetivo de avançar na implementação das metas relacionadas à água. Participa, ainda, da ONU-Água, mecanismo interagências do sistema ONU para o tema, em cujo contexto publica, anualmente, o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (WWDR). O Programa tem lançado importantes projetos, como a Iniciativa sobre Grandes Rios do Mundo (WLRI) e a Aliança de Megacidades para Água e Clima (MAWAC), que conta com a ativa participação das prefeituras de Rio de Janeiro e São Paulo. Há proposta de qualificação do Centro Internacional de Hidroinformática para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (CIH), de Itaipu Binacional, como Centro de Categoria II sob os auspícios da UNESCO.

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

44. No setor de Ciências Humanas e Sociais, pautei-me pela relevância que o Brasil atribui à promoção do desenvolvimento social inclusivo, pela tradicional ênfase que o país confere ao diálogo internacional e pelas posições brasileiras quanto aos desafios éticos relacionados, sobretudo, às tecnologias emergentes. Durante minha gestão, a Delegação Permanente do Brasil articulou-se, com auxílio da SERE, com o MCTI e o Ministério da Saúde, que têm acompanhado o trabalho da UNESCO em temas relacionados à ética.

45. A agenda relativa à inteligência artificial tem ganhado destaque na gestão da atual Diretora-Geral da UNESCO, e a organização vem realizando uma série de eventos sobre o tema, como o Fórum Regional sobre Inteligência Artificial na América Latina e no Caribe, que ocorreu em 2019 e contou com a colaboração do governo brasileiro (MRE, MCTI e CETIC.br). O Fórum propôs, com base em estudo preliminar realizado pela Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia (COMEST), que se iniciasse a elaboração de uma Recomendação sobre Ética na IA. A iniciativa foi aprovada pelos Estados-membros por ocasião da 40ª Conferência Geral da UNESCO. Em linha com a prioridade conferida pelo governo brasileiro ao tema, participamos ativamente das reuniões intergovernamentais em que se negociou o texto final do documento, adotado pela 41ª sessão da Conferência Geral.

46. A Recomendação sobre Ética na IA oferece quadro abrangente de medidas para orientar políticas de IA, a fim de promover o desenvolvimento e uso ético da tecnologia. Apesar de tratar-se de documento não-vinculante, a Recomendação deverá consolidar-se como o principal marco de referência internacional na matéria, e suas recomendações tenderão a constituir padrão internacional aplicável na área. Cabe ressaltar que a Recomendação se alinha ao marco normativo de IA em vigor no Brasil e tem despertado interesse em diferentes instituições do Estado brasileiro, inclusive no poder judiciário, que vem tratando do uso da inteligência artificial na área da justiça. Esse interesse foi manifestado, inclusive, em visita do Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, a Paris, em julho de 2022, para participar de evento na UNESCO. Pouco depois, em agosto, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do STJ, presidente de grupo de juristas encarregados de preparar normativa brasileira sobre IA, manteve encontro comigo e com representantes do Secretariado da UNESCO para discutir o tema. Em julho, os Ministros Bruno Dantas e Augusto Nardes, do TCU, também realizaram missão oficial a esta capital e, em encontro com a Diretora-Geral Assistente da UNESCO para Ciências Sociais e Humanas, Gabriela Ramos, discutiram a possibilidade de firmar convênio em matéria de inteligência artificial entre TCU e INTOSAI, de um lado, e UNESCO, de outro.

47. Destaco, ainda, que, durante minha gestão logrou-se aprovar, em outubro de 2021, decisão para renovação do acordo constitutivo do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), com sede em São Paulo, referência em IA Brasil. Assinatura dos acordos UNESCO-NIC.br (entidade brasileira financiadora) e UNESCO-Governo brasileiro ocorreu durante a 41ª CG (novembro de 2021).

48. Outro tema do setor de Ciências Sociais que merece destaque é o esporte. O Brasil vem participando, por meio da Secretaria de Esporte do Ministério da Cidadania, bem como da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), das atividades da UNESCO na área de esporte e, especialmente, no campo do combate à dopagem. Além de enviar relatório periódico de implementação da Convenção contra a Dopagem no Esporte, a ABCD integrou, por meio de sua Secretária-Executiva, a força-tarefa criada em 2020 para revisar as Diretrizes Operacionais e o Marco de Consequências para Casos de Não-Conformidade em relação à Convenção, levada à consideração da 8ª Conferência das Partes, reunida em outubro de 2021. Representantes da ABCD e do Ministério da Cidadania integraram a delegação brasileira à COP-8, com apoio da Delegação Permanente do Brasil.

49. O tema do esporte foi também um dos principais assuntos tratados em reunião que o então Ministro da Cidadania, João Roma, manteve com a Diretora-Geral Assistente para Ciências Sociais e Humanas da UNESCO (ADG-SHS), Gabriela Ramos, durante sua visita a Paris em outubro de 2021. No encontro, que acompanhei pessoalmente, discutiu-se a colaboração entre o Brasil e a UNESCO nessa área, bem como em temas relativos à inclusão social. Em maio de 2022, o Ministro Ronaldo Bento, que sucedeu o Ministro João Roma na Pasta da Cidadania, também se reuniu com a ADG Gabriela Ramos, em encontro acompanhado pela Delegação Permanente do Brasil.

50. O Brasil tem colaborado, ainda, com o projeto da coleção “História Geral da África”, coordenado pelo setor de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO e cujos últimos três volumes, em fase de publicação, receberam importante contribuição brasileira. A seleção dos manuscritos foi realizada pelo Comitê Científico Internacional da coleção em reunião sediada pela Escola de Direito Dom Helder, em Belo Horizonte, em 2019.

Outra iniciativa do setor é o projeto “A Rota dos Escravizados”, que tem como objetivo preservar a história e promover a pesquisa científica relacionada à escravidão, assim como ampliar a conscientização sobre o assunto, inclusive mediante o desenvolvimento do “turismo ético” em sítios de memória ligados ao tema. No Brasil, estão formalmente associados ao projeto os seguintes lugares e roteiros de memória: Cais do Valongo (Rio de Janeiro), Terreiro Zogbodo Mâle Bogun Seja htundê - Roça do Ventura (Bahia) e Rota da Liberdade (São Paulo). Além disso, os seguintes sítios brasileiros constam da publicação “Legacies of Slavery”, produzida no âmbito do projeto, como exemplos de boas práticas de gestão de lugares de memória relacionados à história da escravidão: Centro Histórico de Salvador (Bahia), Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (Rio de Janeiro), Fazenda Machadinha (Rio de Janeiro), Roteiro Afro (São Paulo), Circuito Quilombola do Vale do Ribeira (São Paulo), Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Alagoas).

51. Desde 2020, diante das manifestações mundiais contra o racismo, a pedido dos Estados-membros, a UNESCO tem fortalecido suas ações de combate ao racismo e à discriminação.

SETOR DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

52. Um dos pontos mais relevantes a ser destacados no período em que chefei Brasunesco foi a contribuição brasileira para destravar o Programa Memória do Mundo, que seleciona conjuntos documentais e arquivos de reconhecida significância histórica e universal. O Registro Internacional, em que figuram as listas dos documentos selecionados, conta com dez coleções do Brasil, apresentadas individualmente ou em conjunto com outros países. O programa possuía algumas vulnerabilidades que o tornaram elemento de politização no âmbito da UNESCO, em vista de seu caráter de legitimação de narrativas históricas. Após anos de processo negociador, em que o Brasil atuou de forma significativa para o consenso, foi referendado pelo Conselho Executivo uma nova dinâmica do Programa, que o torna mais intergovernamental e transparente, diminuindo em grande medida seu potencial de politização.

53. O Brasil inscreveu duas candidaturas a registro da Memória do Mundo, que deverão ser admitidas por ocasião da próxima reunião do Conselho Executivo (abril de 2023). A primeira é uma candidatura conjunta luso-brasileira relativa à produção musical do Imperador Dom Pedro I, apresentada no contexto das celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil. A segunda é um conjunto de documentos político-diplomáticos de Bertha Lutz, em linha com a recente declaração da ONU a respeito da valorização do papel das mulheres na diplomacia.

54. Outra importante iniciativa do setor para a qual Brasil está bem posicionado é o lançamento da Década Internacional das Línguas Indígenas. Graças ao apoio do IPHAN, o país tem explorado diversas modalidades de cooperação para promover políticas brasileiras bem-sucedidas em matéria de valorização, divulgação e co-oficialização de línguas indígenas. Destaco, em particular, tratativas para realização de exposição relacionada ao Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú, registrado como Memória do Mundo em 2017; oficina de boas práticas brasileiras no âmbito do registro; e divulgação da metodologia de constituição do Inventário Nacional de Diversidade Linguística.

55. No âmbito do Setor de Acesso universal à Informação, programa de maior relevância para o Brasil é o Atlas das Línguas da UNESCO. Trata-se de tema particularmente sensível, visto que experiências anteriores foram frustradas por contestações ao tratamento de dados em ambas as tipologias de matrizes (dados das línguas faladas em cada país e dados linguísticos para cada língua pluricêntrica). Desse modo, a Delegação atuou para garantir a presença do acadêmico brasileiro Gilvan Muller de Oliveira no Comitê Científico do projeto, de modo que os capítulos do Brasil e da Língua portuguesa possam ser redigidos consoante as metodologias desenvolvidas pelo país e tornar-se arquétipos para outros capítulos a serem desenvolvidos por outros países e grupos de línguas.

56. O setor de Comunicação e Informação da UNESCO tem ainda atuação destacada por meio de sua Divisão de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento de Mídia, que implementa atividades que visam à promoção do livre fluxo de informação. Suas principais tarefas contemplam ações junto a governos, instituições públicas e sociedade civil, no intuito de sensibilizá-las para questões relativas à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa.

57. Sob minha gestão, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a UNESCO estabeleceram parceria no quadro da cooperação entre a Organização e o poder judiciário brasileiro para a realização de curso de “formação de formadores” na área de liberdade de expressão, acesso à informação e segurança de jornalistas voltado para magistrados e operadores de justiça dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs). O curso foi inaugurado em 23 de maio de 2022. Anteriormente, em 2021, a cooperação da UNESCO com o poder judiciário resultara no lançamento da publicação "Normas jurídicas sobre liberdade de expressão: guia prático para o poder judiciário na África", destinada a juízes, promotores, advogados e outros atores jurídicos, representantes da sociedade civil e empresas da área de mídia.

58. O Brasil participa ainda, ativamente, do tema de segurança de jornalistas, informando o Secretariado sobre os casos de violência contra profissionais de mídia e tomando parte de Grupo de Amigos dedicado à segurança dos jornalistas. Na qualidade de Presidente da Conferência Geral da UNESCO, participei, em maio de 2023, em Punta del Este, Uruguai, das atividades de celebração da Conferência Global do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, evento realizado regularmente pela UNESCO, em linha com a Declaração de Windhoek para o Desenvolvimento de uma Imprensa Livre e Pluralista na África, adotada em 3 de maio de 1991, e a proclamação da data, dois anos depois, pela

Assembleia Geral das Nações Unidas, como ocasião para comemorar o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. O evento contou com a participação do Presidente do Uruguai, Luis Lacale Pou, e da Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay. Na ocasião, organizei, como Presidente da Conferência Geral da UNESCO, Reunião de Alto Nível com os Presidentes da AGNU, Abdulla Shahid (em participação “virtual”), e do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Federico Villegas. Ao fim do encontro, emitiu-se comunicado negociado entre as três Presidências, em iniciativa inédita.